



Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre

Rio Branco-AC, 2019

Relatório de gestão do exercício 2018

Relatório de gestão do exercício 2018

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do § único do "art. 70" do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018, da Portaria TCU nº 369/2018 e das orientações do órgão de controle interno

Rio Branco-AC, 2019

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
MODELO DE NEGÓCIO CAU/AC	MODELO DE NEGÓCIO
Organograma	
Declaração de Unidade Pessoal	Declaração de Unidade Pessoal
Deliberação de Plenária CAU/AC	Aprovação da Prestação de Contas 2018 CAU/AC
Deliberação da Comissão CPFICOA CAU/AC	Aprovação da Prestação de Contas 2018 CAU/AC
Relatório de Auditoria	Minuta do Relatório

Sumário

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	8
2.1 - MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	9
3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	10
3.0 - INTRODUÇÃO	11
3.1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	12
3.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	18
4.0 - INTRODUÇÃO	19
4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	20
4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	27
4.3 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	28
4.4 - ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	29
4.5 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	30
4.6 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	31
4.6.1 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS	32
4.6.2 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	33
4.6.3 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	34
5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	35
5.0 - INTRODUÇÃO	36

5.1 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	37
6. RESULTADO DA GESTÃO	38
6.0 - INTRODUÇÃO	39
6.1 - OBJETIVOS E METAS	40
6.2 - RESULTADOS	47
7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	52
7.0 - INTRODUÇÃO	54
7.1 - DECLARAÇÃO DOS TITULARES DA SECRETARIA-EXECUTIVA E DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	55
7.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCÍCIO	57
7.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	58
7.2.1 - DESPESAS DETALHADAS	59
7.2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES	63
7.2.3 - DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO	68
7.2.4 - EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO	69
7.2.5 - PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	71
7.3 - GESTÃO DE PESSOAS	72
7.3.1 - AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	73
7.3.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL	77
7.3.3 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA	78

7.4 - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	80
7.5 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	81
7.6 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	82
7.7 - GESTÃO DE CUSTOS	83
7.8 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	84
8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	87
8.0 - INTRODUÇÃO	88
8.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR / OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS	89
8.2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	90
9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	134
9.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	135
10. ANEXOS E APÊNDICES	152
10.1 - ANEXOS E APÊNDICES	153
ASSINATURA(S)	154

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

2.1 - MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

As principais realizações do CAU/AC, no exercício de 2018, em cumprimento ao Plano de Ação aprovado, focando nos objetivos estratégicos do mapa, foram realizadas de acordo com o planejado.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo” foi executada a atividade "Fiscalização", A Fiscalização esteve presente em dezessete cidades do Estado em 2018. Como resultados foram realizados: 190 fiscalizações, emitidas 392 notificações preventivas, 48 autos de infração, não houve notificações para inadimplentes PF e para PJ. Foram realizadas ações fiscalizatórias, orientativas e preventivas.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Assegurar a eficácia no Atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade” foi executada a atividade "Atendimento" e “Centro de serviço compartilhado – CSC – Atendimento” através do pagamento de salários e encargos, a qual estava previsto o investimento.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a Sociedade” foi executada a atividade "palestras e comunicação", e também as publicações em diário oficial e divulgação do conselho nas mídias em busca de manter o conselho mais visível perante a sociedade. A assessoria de comunicação não foi contratada devido à falta de empresas interessadas. Foram realizados o Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social-ATHIS e Oficina. Foram dois dias de muito aprendizado nas palestras e na oficina, que abordaram casos e nos mostraram o quão necessário é a Assistência Técnica para famílias de baixa renda. Foi realizada a semana de arquitetura e urbanismo, com varias palestras atingindo variados temas sobre arquitetura, proporcionando conhecimento para os profissionais e demais interessados.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Aprimorar e inovar os processos e as ações ” foi executada a atividade de palestras e capacitação dos colaboradores, realizadas através do curso de licitação e treinamento do programa gestão TCU. Também através da compra de materiais destinados a organização do conselho com o objetivo de manter as necessidades do conselho.

3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 3.0 - Introdução
- 3.1 - Visão geral organizacional e ambiente externo
- 3.2 - Estrutura organizacional

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre

CAU/AC

14.794.749/0001-62



Autarquia Federal
NATUREZA JURÍDICA



(68) 3222-8941
TELEFONE



94120/99
CÓDIGO CNAE



ENDEREÇO DO CONSELHO

Rua Custódio Freire, nº40
LOGRADOURO

Rio Branco
CIDADE

AC
UF

Bosque
BAIRRO

69900553
CEP

<https://www.cauac.gov.br>
COMPLEMENTO



<https://www.cauac.gov.br>
SITE



atendimento@cauac.gov.br
E-MAIL

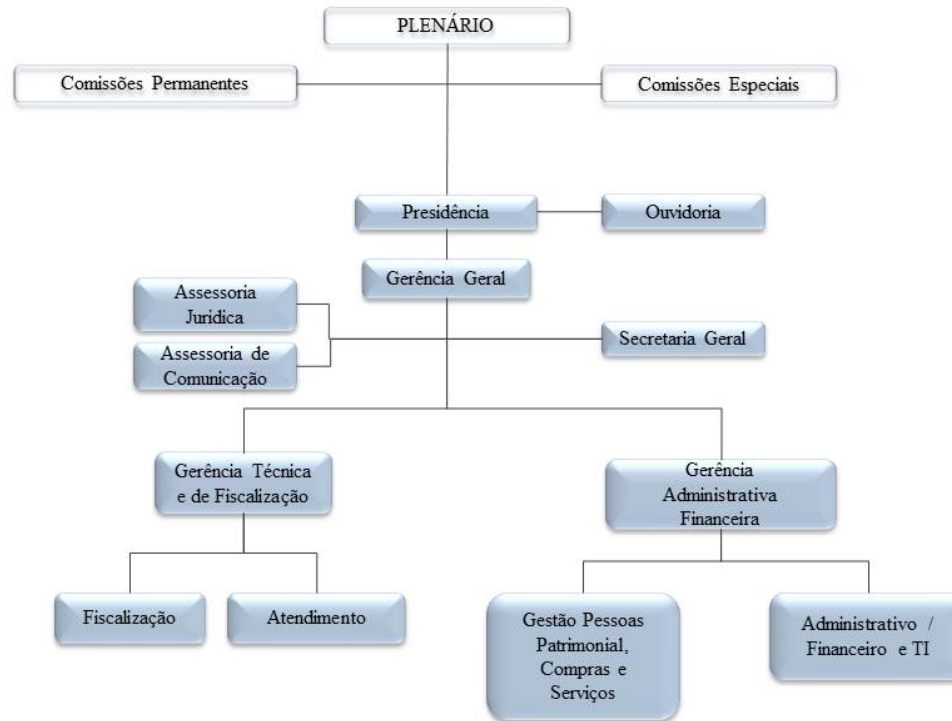
3.1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A missão é promover a arquitetura e urbanismo para todos, tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e

Urbanismo, zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos arquitetos e urbanistas e pelo aperfeiçoamento da prática profissional, com vistas ao desenvolvimento regional e urbano sustentável e á preservação do patrimônio histórico cultural e artístico, paisagístico, edificado e ambiental.



3.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Organograma

Anexo do tópico 3.1

MODELO DE NEGÓCIO CAU/AC - MODELO DE NEGÓCIO

MODELO DE NEGÓCIO - CAU/AC

Parceiros Estratégicos e Fornecedores	Atividades Chave	Proposta de valor/Produtos e Serviços	Relacionamento com o público alvo	Público alvo
<ul style="list-style-type: none"> • A sociedade • Órgão públicos: Ministério Público e Secretaria das Cidades • Conselhos profissionais • Instituição de ensino e pesquisa • Arquitetos e Urbanistas • Entidades de classe 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de produtos e serviços <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Fiscalização • Gestão da informação (Gestão do conhecimento) <ul style="list-style-type: none"> • Gestão eletrônica de documentos e processos • Gestão do relacionamento <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação • Atendimento • Planejamento e gestão estratégica <ul style="list-style-type: none"> • Prestação de contas • Produção de encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, oficinas, congressos, conferências, outros) • Normatização da profissão • Consultoria/ orientações • Treinamento/cursos de capacitação • Convênios (implantação e funcionamento de escritórios modelo, projetos e pesquisas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ética e transparência • Excelência organizacional • Comprometimento com a inovação • Democratização da informação e conhecimento • Interlocação da arquitetura e urbanismo na sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Call Center; • Redes Sociais – Fóruns de debate; • Midia (imprensa, revistas especializadas, eventos relacionados, publicações gerais do CAU); <ul style="list-style-type: none"> • Portal do CAU; • SICCAU (considerando apenas como canal de entrega); • Atendimento presencial pelo CAU/AC – Canais de atendimento presencial (pelo CAU e Parceiros); <ul style="list-style-type: none"> • Ouvidoria; • Encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, workshops, congressos, conferências, outros); • Programa de benefícios (plano de saúde, convênio com instituições de ensino, outros); • Apps/IGEO para mostrar quem são os arquitetos de obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relações de prestação de serviço; • Relações políticas e institucionais; • Relações de fiscalização; • Relações de formação profissional e pesquisa; • Relações de captação de recursos; • Relações associativas; • Relações culturais e científicas; • Sociedade .
	Recursos Chave		Canal de entrega dos serviços	
	<p style="text-align: center;">Capital Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros BR e UF; • Colaboradores do CAU; • Funcionários, contratados, conveniados. <p style="text-align: center;">Infraestrutura Física</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sedes estaduais; <ul style="list-style-type: none"> • Pontos de atendimento com os parceiros: instituições de ensino, prefeitura; <p style="text-align: center;">Tecnologia</p> <ul style="list-style-type: none"> • SICCAU; • Portal; <ul style="list-style-type: none"> • Inteligência geográfica; • Implanta; • Apps. 		<p style="text-align: center;">Online</p> <ul style="list-style-type: none"> • SICCAU; • Portal online. <p style="text-align: center;">Presencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sedes Regionais (fiscais/funcionários); <ul style="list-style-type: none"> • Pontos de atendimento dedicados ou compartilhados com os parceiros: instituições de ensino, prefeituras municipais; • Publicidade; • Publicações; • Recursos áudio visuais; • Assessoria de imprensa. 	
Estrutura de custo		Fontes de Receitas		
<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de informações: sistemas de relacionamento com o arquiteto e urbanista (acervário, registro e certificação) e Data Center; <ul style="list-style-type: none"> • Capital humano; • Operação, ampliação e aprimoramento dos sistemas de fiscalização; • Produção de encontros presenciais (palestras, feiras e mostras especializadas, seminários, oficinas, congressos, conferências, outros); <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura física (construção e manutenção das sedes); • Aquisição de estudos com impacto na arquitetura e urbanismo; • Parcerias nacionais para inovação, projetos, integração de políticas públicas, produção de conhecimento, patrocínio e convênios; <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento/ precificação de produtos e serviços; <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e marketing; • Capacitação continuada – reciclagem profissional; • Reuniões plenárias e de comissões para a normatização de atividade profissional; 		<ul style="list-style-type: none"> • Anuidade; • Emissão de RRT e certidão; • Fiscalização atuante (novas RRT e multas); • Convênio e parcerias para a fiscalização (cartórios, sindicatos, etc.); <ul style="list-style-type: none"> • Locação e serviço de TI; • Propagandas, com incentivo ao uso do site do CAU. 		

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

- 4.1 - Informações sobre dirigentes e colegiados
- 4.2 - Atuação da unidade de auditoria interna
- 4.3 - Informações da empresa de auditoria independente contratada
- 4.4 - Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos
- 4.5 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário
- 4.6 - Canais de acesso do cidadão
 - 4.6.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários
 - 4.6.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
 - 4.6.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

4.0 - INTRODUÇÃO

Governança corporativa é o sistema por meio do qual se exerce e se monitora o controle nas entidades. É o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. No CAU/AC o sistema de governança apresenta a seguinte estrutura:

O CAU/AC tem sua estrutura e funcionamento definidos por meio de Regimento Interno, sendo organizado pelo Plenário, Presidência, Comissões Ordinárias, Comissões Especiais e Colegiado Permanente com a participação das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas. O plenário é constituído por conselheiros titulares em número definido no Art. 35 da Lei nº 12.378/2010, onde cada titular tem um suplente, sendo de sua competência apreciar e decidir sobre os assuntos de interesse do CAU/AC, tais como: atos da administração, orçamentário e financeira. As comissões ordinárias têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, relacionada à ética, ao exercício profissional, à gestão administrativo-financeira e à organização do CAU/AC, bem como à comunicação e aos relacionamentos institucionais, sendo constituída, por no mínimo, três conselheiros estaduais, eleitos pelo Plenário na primeira eleição do ano. No âmbito do CAU/AC são instituídas três comissões permanentes, sendo formada da seguinte maneira: Comissões Permanentes: - Comissão de Planejamento e Finanças e Organização e Administração - CPFi e COA - Comissão de Ética e Disciplina - CED - Comissão de Exercício Profissional Ensino e Formação – CEP E CEF As comissões especiais, por sua vez, têm por finalidade auxiliar o Plenário nas matérias de sua competência, respeitando as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de sua instituição. Sendo instituída, no âmbito do CAU/AC, a Comissão Especial de Política Profissional, Política Urbana e Ambiental – CEPPPUA.

4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Dirigente:	EMERSON DEÂNGELIS SIMPLÍCIO DOS SANTOS
CPF:	011.826.324-24
Cargo:	Conselheiros Estadual Titular
Registro Profissional:	A525790
Entidade:	
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleições ocorridas em 2017 para exercício de 2019/2020.
Ato de designação:	Ata de Posse
Data do Ato de designação:	12/12/2017
Data inicial do mandato:	01/01/2018
Data final do mandato:	31/12/2020
Informações adicionais	

Dirigente:	VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
CPF:	399.007.461-04
Cargo:	Presidente
Registro Profissional:	A224006
Entidade:	
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 12/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA BACCHI

CPF: 554.967.331-20

Cargo: Conselheiros Estadual Titular

Registro Profissional: A253049

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 12/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: MARILSON MELO CAVALCANTE

CPF: 288.661.932-91

Cargo: Conselheiros Estadual Titular

Registro Profissional: A1057308

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 12/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: VICTOR HUGO SESTITO SALOMÃO

CPF: 839.504.512-34

Cargo: Conselheiros Estadual Titular

Registro Profissional: A1010174

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 12/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: KARINE GEBER DE LIMA

CPF: 638.877.702-34
Cargo: Conselheiro Estadual Suplente
Registro Profissional: A668290
Entidade:
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020
Ato de designação: ATA DE POSSE
Data do Ato de designação: 12/12/2017
Data inicial do mandato: 01/01/2018
Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente:	PATRICIA NUNES DE ARAUJO ALBUQUERQUEV
-------------------	--

CPF: 511.777.652-68
Cargo: Conselheiro Estadual Suplente
Registro Profissional: A734500
Entidade:
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020
Ato de designação: ATA DE POSSE
Data do Ato de designação: 12/12/2017
Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: CAROLINE PARRILHA PANONT

CPF: 674.681.282-00

Cargo: Conselheiro Estadual Suplente

Registro Profissional: A688339

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 12/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA

CPF: 419.199.122-15

Cargo: Contadora

Registro Profissional: CRC/AC 1717/O

Entidade: Domínio Assessoria e Serviços Contábeis Ltda

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Processo licitatório por carta convite realizado em 2015.

Ato de designação: Contrato de Prestação de Serviços

Data do Ato de designação: 12/12/2015

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2018

Informações adicionais

Dirigente: ELPIDIO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR

CPF: 004.547.412-51

Cargo: Conselheiro Estadual Suplente

Registro Profissional: A1047159

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 12/12/2017

Data inicial do mandato: 01/01/2018

Data final do mandato: 31/12/2020

Informações adicionais

Dirigente: THALYTA FRANÇA DOS SANTOS

CPF: 946.179.612-91

Cargo: Conselheiro Estadual Suplente

Registro Profissional: A920584

Entidade:

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Eleições ocorridas em 2017, para o exercício 2019/2020

Ato de designação: ATA DE POSSE

Data do Ato de designação: 12/12/2017

Data inicial do mandato: 28/05/2018

Data final do mandato: 30/06/2018

Informações adicionais

4.2 - ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

No âmbito de funcionamento dos CAU, tanto o nacional quanto os estaduais e do Distrito Federal, uma das instâncias de controle é a realização de auditoria junto aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública. O processo é realizado por empresa de auditoria independente especialmente contratada para tal fim. As principais conclusões da auditoria realizada no CAU/UF estão no documento anexo Relatório dos Auditores Independentes. Ressalta-se, ainda, a Comissão de Contas que cumprem papel similar, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balancetes, balanços), orçamento anual, Plano de Ação, reformulações e transposições, execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), e ainda análise dos relatórios com informações gerenciais.

4.3 - INFORMAÇÕES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

SISTEMÁTICA DE CONTRATAÇÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE	Foi realizado o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, segundo os ditames jurisprudenciais do TCU, sem prejuízo da melhor forma de assegurar-se a qualificação técnica de possíveis licitantes, nos limites legais.		
NOME DA EMPRESA CONTRATADA	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – SOCIEDADE SIMPLES	CPNJ DA CONTRATADA	54.276.939/0001-79
ENDEREÇO DA EMPRESA CONTRATADA	Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Bairro Consolação, CEP: 01050-030, São Paulo – SP		
CONTATO	Tel: +55 (11) 3848 5880 Fax: +55 (11) 3045 7363 www.bdobrazil.com.br		
DATA DO CONTRATO	06/09/2018	VALOR DO CONTRATO	R\$254.650,36
SERVIÇOS CONTRATADOS	Execução dos trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres sobre os controles internos e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quanto às posições financeira e patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e dos 27 Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF.		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	O quarto termo aditivo contratual assinado com a licitante em 06/09/2018 teve vigência contratual alterada, visando à adequação às necessidades da Administração, dentro dos limites legais da Lei nº 8.666/93".		

4.4 - ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Não foi identificado até o momento nenhum ilícito no CAU/AC e nem houve a necessidade de instauração dessa estrutura.

4.5 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

O CAU/AC no ano de 2018 passou por muitas mudanças, contudo nosso controle interno está sendo implantado de forma buscar ajudar nesta questão de verificação de nossos procedimentos administrativos, de forma à não prejudicar o conselho, sempre trabalhamos com vistas que o controle interno precisa ser visto como segurança para o gestor e para o órgão.

No que tange o gerenciamento dos riscos na área de pessoal, o CAU/AC ao convocar os efetivados pelo Concurso Público realiza avaliações de desempenho, sendo que o mesmo fica em regime de contrato de experiência por noventa dias, passando a ser efetivado se estiver apto nas avaliações com nota mínima de 7 entre os requisitos avaliados.

4.6 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Introdução

Os relacionamentos com a sociedade, são através dos canais de acesso ao cidadão:

Site: <http://www.cauac.org.br>

E-mail: atendimento@cauac.org.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodearquitecturaurbanismodoac/?fref=ts>

Instagram: @cau_acre

Telefone: (68) 3222-8941

Horario de funcionamento: 08:00hs as 14:00hs

Análise Crítica

Baixo retorno das resposta de satisfação

Solicitações	Reclamações	Denúncias	Sugestões	Atendimentos/Encaminhamentos
0	0	0	0	0

Canais de Acesso

4.6.1 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS

O CAU/AC disponibilizou a pesquisa de satisfação no site do CAU/AC e encaminhado por meio de e-mail comunicando aos profissionais sobre a pesquisa de satisfação, porém, devido o baixo retorno não foi possível mensurar o nível de satisfação no exercício de 2018. Salienta-se que, em 2019, será estudado novos métodos para a efetiva pesquisa de satisfação.

4.6.2 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Introdução

O Portal da transparência foi implantado no primeiro trimestre de 2017. As informações estão disponíveis no site do conselho.

Endereço do portal da transparência

<http://www.cauac.org.br>

Informações disponíveis ao Cidadão

Planejamento e Gestão Prestação de Contas

Prestação de contas

Passagens e Diárias

Recursos Humanos

Eleições

Portarias

Deliberações

Atas das reuniões

Análise crítica

O portal foi implantado e ainda se encontra em fase de adaptação.

4.6.3 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Em conformidade com a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, em 2018 o CAU/AC, mudou sua sede para um local com acessibilidades, segundo as normas padrões de acessibilidade.

5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- 5.0 - Introdução
- 5.1 - Gestão de riscos e controles internos

5.0 - INTRODUÇÃO

O conteúdo deste capítulo tem como objetivo expor as informações acerca da gestão de risco do Conselho.

5.1 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Foi elaborado os Programas de Saúde como Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) instituído pela NR 7 e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) instituído pela NR-9. Estes programas trazem medidas para prevenir riscos à saúde e integridade física dos colaboradores que estão sendo devidamente praticados pelo Conselho como, por exemplo, os exames periódicos, disponibilizado EPI's, adequação dos equipamentos tudo de acordo com a necessidade para o bem estar dos colaboradores. Além da área de saúde ocupacional também realizamos treinamento para o melhor entender e descrever as atividades no Conselho. Passamos por auditoria interna realizada pelo CAU/BR para acompanhamento e orientação dos processos desenvolvidos pelo Conselho e pela Auditoria Externa como fiscalização das atividades realizadas pelos colaboradores do Conselho.

6. RESULTADO DA GESTÃO

- 6.0 - Introdução
- 6.1 - Objetivos e Metas
- 6.2 - Resultados

6.0 - INTRODUÇÃO

“O Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a Unidade Nacional – CAU/BR e as Unidades Estaduais – CAU/UF, autarquia criada pela Lei 12.378/2010, tem como função “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”.

O Planejamento Estratégico busca através da avaliação dos resultados obtidos com a aplicação da estratégia atual, bem como de uma reflexão sobre os cenários de atuação e de recursos, estabelecer um conjunto de prioridades e metas para orientar a atualização dos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF, visando o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do CAU, que é a síntese do seu Planejamento Estratégico 2023.

O Planejamento estratégico 2023 foca nas prioridades, políticas, estratégias e resultados para o alcance da missão Promover a Arquitetura e Urbanismo para Todos e da visão Ser Reconhecido como Referência na Defesa e Fomento das Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo.

O Plano de Ação de 2018 realizado com base no Planejamento Estratégico até 2023, elaborado de forma integrada com os parceiros internos. Os projetos e atividades – metas, resultados e indicadores de desempenho, focaram a contribuição a cada objetivo estratégico.

O Plano de Ação do CAU/BR e dos CAU/UF para o exercício de 2018 seguem as premissas e orientações estratégicas traçadas no Planejamento Estratégico do CAU - na visão de longo prazo 2023, objetivando ao atendimento às perspectivas e objetivos estratégico que se apresentam no Mapa Estratégico. Para a elaboração do Plano de Ação, Planejamento Tático e Operacional, estruturado em iniciativas estratégicas - projetos e atividades vinculados aos objetivos estratégicos priorizados para o exercício, as orientações e destinações estratégicas de recursos estão em conformidade com as políticas e prioridades estabelecidas pelo Conselho, para 2018, na forma das Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação, aprovadas. No decorrer do exercício, frente às metas realizadas e resultados alcançados no período, bem como a novas políticas e diretrizes que se façam necessárias para um melhor desempenho da atuação do Conselho, na busca do alcance de sua Missão e Visão, e em prol do fortalecimento da profissão e da arquitetura e urbanismo, as correções de rumo que se fizeram necessários foram objeto de ajustes no processo das reprogramações do Plano de Ação e Orçamento 2018, que ocorreram no período, observando as prioridades e estratégias definidas nas Diretrizes para

Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU, na forma aprovada pelo Plenário. Os limites e condições de alocação de recursos estratégicos para o exercício de 2018 situaram-se, praticamente, nas metas previstas/aprovadas para o exercício. As variações frente às metas previstas justificaram pelas adequações realizadas pelo CAU/BR, visando a um melhor atendimento às políticas e prioridades de atuação estabelecidas no alcance da Missão e Visão do Conselho.”

6.1 - OBJETIVOS E METAS

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

A estratégia de atuação do CAU orienta - se por uma leitura do cenário econômico e social do país e da arquitetura e urbanismo, e da análise do desempenho e projeções sobre a evolução do Conselho no período. Nessas estratégias são consideradas ampliação da capacidade operacional decorrente da necessidade da melhoria da fiscalização profissional e do atendimento aos arquitetos e urbanistas, dos recursos tecnológicos e da força de trabalho da instituição, composta por colaboradores oriundos do processo de concurso público e prestadores de serviços.

A estratégia é definida pela identificação do foco de cada objetivo estratégico, representado por um conjunto de indicadores e metas que são desdobrados nos respectivos plano de ação do CAU/BR e dos CAU/UF. São estabelecidos limites para a aplicação dos recursos, que complementam a estratégia de atuação nos níveis tático e operacional.

O Planejamento Estratégico do CAU 2023 orienta a visão de longo prazo, enquanto as Diretrizes para Elaboração do Plano de Ação e Orçamento 2018 direcionam a atuação no período anual.

As metas do Plano de Ação são compostas pelas Metas dos Indicadores de Resultados Institucionais, que estão vinculadas à Missão, Visão e Sociedade; e pelas Metas de Desempenho, que estão vinculadas às perspectivas dos Processos Internos do Mapa Estratégico do CAU. A técnica de planejamento está baseada no modelo Balanced Scorecard (BSC). Os indicadores de desempenho possibilitam a indução e o monitoramento contínuo do esforço do CAU para o alcance dos seus objetivos. Os projetos e atividades operacionalizam a estratégia de atuação e viabilizam o alcance dos resultados propostos.

Visão

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo.

Missão

Promover a arquitetura e urbanismo para todos.

Valores

Os valores representam o conjunto dos princípios e crenças fundamentais de uma empresa, bem como fornecem sustentação para todas as suas principais decisões. O CAU/AC orienta-se pelos seguintes valores: Ética e transparência; Excelência Organizacional; Comprometimento com a inovação; Unicidade e Integração Democratização da informação e conhecimento; Interlocação da Arquitetura e Urbanismo na sociedade.

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

a) Pontos fortes

* Sustentabilidade patrimonial e financeira através do Fundo de Apoio;

- * Sistema de tecnologia da informação que disponibiliza ferramentas para a melhoria da gestão;
- * Implantação e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade;
- * Qualificação dos colaboradores;

b) Oportunidades de Melhoria

- * Maior envolvimento dos colaboradores nas ações desenvolvidas no Conselho;
- * Melhorar a divulgação do Conselho entre acadêmicos;
- * Disseminação da Visão e Missão pelos líderes da organização;
- * Definição e disseminação dos Valores Organizacionais;
- * Manter as práticas que visam avaliar a satisfação da sociedade e demais partes interessadas, realizando pesquisa com foco na avaliação da imagem do Conselho, os impactos da atuação em relação à sociedade;
- * Definir políticas voltadas para o desenvolvimento, proteção e compartilhamento do conhecimento, buscando manter a qualidade e desempenho providos do conhecimento adquirido:
 - * Estabelecer controle dos equipamentos e de pessoas que entram e saem do CAU/AC;
 - * Implementar Processos de Gestão de Risco;
 - * Criar canal específico para divulgação das melhorias;
 - * Identificar líderes potenciais.

Análise de ambiente externo

a) Oportunidades

- * Incentivo a parcerias institucionais visando a integração da tecnologia da informação e dos sistemas informatizados do CAU/AC com o CAU/BR e outros CAUs.
- * Trabalho conjunto com administração pública, sociedade civil (ongs, associações, entidades, etc.) e instituições de ensino;
- * Adoção do planejamento estratégico como ferramenta gerencial permanente;
- * Possibilidade de divulgação das ações institucionais.

b) Ameaças

- * Pouco conhecimento da sociedade sobre a função e os serviços prestados pelo CAU/AC;
- * Falta de interesse dos profissionais registrados no Conselho em conhecer o sistema;
- * Conflito com os demais conselhos de classe;
- * Ausência de política de retenção de colaboradores.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

O Conselho possui uma estrutura física favorável para o desenvolvimento do seu planejamento estratégico com pessoal qualificado, tendo como fator desfavorável o número de profissionais e empresas existente no estado que impossibilita sobrevivermos com os valores das arrecadações surgindo assim a figura do subsídio oferecido através do Fundo de Apoio aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) do CAU. Outro fator desfavorável seria o fator regional pois estamos situados em uma região com limitações de acesso ao municípios do interior dificultando a fiscalização e a divulgação da existência do Conselho ao interior.

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

O conjunto de objetivos estratégicos e metas permite o estabelecimento de linhas de atuação e indicadores de desempenho gerenciais e institucionais, que possibilitam a conexão entre o processo de planejamento e as ações propostas. Os objetivos estratégicos atuais são:

- * Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- * Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade;
- * Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade;
- * Aprimorar e inovar os processos e as ações;

Identificação da estratégia futura

- * Fomentar a divulgação do Conselho em palestras realizadas à sociedade;
- * Capacitação e instrumentalização do quadro técnico e de fiscalização do Conselho;
- * Firmar parcerias e convênios;
- * Otimização da tecnologia da informação;
- * Realização ou participação em eventos ou ocorrências que divulguem as ações desenvolvidas pelo Conselho;
- * Disponibilidade de profissionais do Conselho para atender às demandas da imprensa;
- * Implementar cobrança de créditos ativos;

- * Manter o incremento de produtividade do fiscal;
- * Diversificar as atividades fiscalizadas pelo Conselho;
- * Acelerar o julgamento de processos dentro do Conselho;
- * Manter o índice de substituição de máquinas e equipamentos;
- * Acompanhamento mensal das despesas operacionais;

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:

Comunicação

Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade articulando junto aos órgãos competentes na busca do aperfeiçoamento, na formação em Arquitetura e urbanismo, em padrões internacionais de qualidade; Manter o corpo funcional adequado, contratar consultoria jurídica e de RH, suprir o CAU/AC de material de expediente e garantir o pagamento de contas de telefone, celular, energia, água, aluguel, etc. Fornecer diárias e passagens a conselheiros e funcionários quando em deslocamento a serviço do CAU/AC. Divulgar editais e comunicados.

- Macro Objetivo:

Fiscalização

Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo atendendo a finalidade fim do Conselho, fiscalizando e regulamentando os profissionais no exercício da profissão.

- Macro Objetivo:

Relacionamento

Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade.

- Macro Objetivo:

Sustentabilidade

Assegurar a sustentabilidade financeira contribuindo para a eficiência do setor e para a simplificação da vida do profissional por meio de soluções inovadoras. Incentivando o desenvolvimento e aprimoramento profissional, conhecimento sobre o ambiente de sua atuação, comprometimento com a sociedade e os arquitetos e urbanistas e ética nas relações e nos procedimentos.

6.2 - RESULTADOS

Na busca do alcance do objetivo estratégico de " Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo" foi executada a atividade "Fiscalização", a qual estava previsto o investimento de R\$ 330.340,00 e foi executado R\$ 293.419,93, que corresponde a 88,82% do estimado. A Fiscalização esteve presente em dezessete cidades do Estado em 2018, dentre elas: Rio Branco, Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia, Senador Guimard, Bujari, Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Plácido de Castro, Rodrigues Alves, Xapuri, Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Capixaba e Mâncio Lima. Como resultados foram realizadas: 190 fiscalizações, emitidas 392 notificações preventivas, 48 autos de infração, não houve notificações para inadimplentes PF e para PJ. Foi realizado ações fiscalizatórias, orientativas e preventivas.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Assegurar a eficácia no Atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade" foi executada a atividade "Atendimento" e "Centro de serviço compartilhado – CSC – Atendimento" através do pagamento de salários e encargos, a qual estava previsto o investimento de R\$ 414.737,00 e foi executado R\$ 410.186,04, que corresponde a 98,90% do estimado.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a Sociedade" foi executada a atividade "palestras e comunicação", e também as publicações em diário oficial e divulgação do conselho nas mídias em busca de manter o conselho mais visível perante a sociedade. A assessoria de comunicação não foi contratada devido a falta de empresas interessadas. Foram realizados o Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social-ATHIS e Oficina. Foram dois dias de muito aprendizado nas palestras e na oficina, que abordaram casos e nos mostraram o quão necessário é a Assistência Técnica para famílias de baixa renda. Foi realizada a semana de arquitetura e urbanismo, com varias palestras atingindo variados temas sobre arquitetura, proporcionando conhecimento para os profissionais e demais interessados.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Aprimorar e inovar os processos e as ações " foi executada a atividade de palestras e capacitação dos colaboradores, realizadas através do curso de licitação e treinamento do programa gestão TCU. Também através da compra de materiais destinados a organização do conselho com o objetivo de manter as necessidades do conselho.

Janeiro

- Primeira Reunião de Plenária para definir a composição das comissões, e eleição do presidente e vice-presidente do conselho e definição do calendário de reuniões CAU/AC 2018.
- Realização da II Semana do Arquiteto Empreendedor, de 26 de fevereiro a 2 de março. Presença se grandes nomes do mercado nacional e internacional.
- Fiscalização no Município de Rio Branco.

Fevereiro

- Início da campanha de fiscalização onde tira as principais duvidas dos profissionais.
- Mudança da sede do conselho, para um novo endereço, com objetivo a ampliar e proporcionar um melhor atendimento aos profissionais e um melhor ambiente de trabalho.
- Fiscalização no Município de Rio Branco, Acrelândia, Plácido de Castro e Senador Guiomard;

Março

- Foi contratado através do processo seletivo provisório 01/2017 do CAU/AC para o cargo de analista de fiscalização Rafael Moreira;
- Realização da campanha do dia da mulher;
- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, dando continuidade ao cronograma de visitas do plano de fiscalização no interior do estado do Acre;
- Encontro com os Arquitetos do município de Cruzeiro do Sul com o analista de fiscalização e o Gerente técnico e de fiscalização do CAU/AC, para sanar duvidas dos profissionais e explanar sobre as atividades do conselho entre outros temas;

Abril

- Realização do curso Tabela de Honorários de Serviços de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR, pelo instrutor o Arquiteto e Urbanista Odilo Almeida Filho, no salão cultural da FAAO, no dia 12 de abril. O curso apresentou o histórico das tabelas de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo. Trabalhando a teoria e pratica da tabela de honorário;
- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri.
- Realização do workshop com tema de zero a um milhão de seguidores com a arquiteta e urbanista Carol Cantelli, realizado em parceria com a Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO. Realizada no dia 27 de abril.

Maio

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco;
- Lançamento de mais um meio de aproximação com os profissionais, atendimento por whatsapp, com o intuito de promover um atendimento ágil, pratico e eficiente;
- Participação da presidente Verônica Castro, junto com os demais conselhos de classe, na reunião com os prefeitos dos municípios do Acre na Associação dos municípios do Acre-AMAC, onde explanou sobre o papel do CAU e da importância da parceria dos prefeitos junto ao conselho.

Junho

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco;
- Participação da presidente Verônica Castro, na reunião com o IBAPE-AC, com tema principal a retomada de profissionais da arquitetura e urbanismo na filiação ao instituto.
- Participação da presidente Verônica Castro, na apresentação da proposta da Revisão do código de obras da cidade de Rio Branco/Acre, juntamente com o CREA e relatores da proposta da revisão.

Julho

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco, Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano e Sena Madureira;
- A presidente Verônica Castro participou do momento em que a Prefeita de Rio Branco Socorro Neri sancionou a Lei complementar 48 – Código de Obras de Rio Branco/Acre, que substitui a Lei número 1.732, de 23 de dezembro de 2008.
- Lançamento da campanha de ética e disciplina, publicando partes importantes do livro “Comentários ao Código de ética e Disciplina”, que traz esclarecimentos e observações sobre as normas que orientam o comportamento ético dos arquitetos e urbanistas. Foram 30 dias com publicações diárias, contribuindo com a valorização profissional e orientando os profissionais das boas práticas.
- Foi realizada a palestra com o tema Panorama do Patrimônio Histórico no Brasil e as oportunidades de trabalho, realizada pelo palestrante Carlos Fernando de Souza Leão Andrade – conselheiro federal do CAU/RJ, realizado no Hotel Nobile Suites Gran Lumni, no dia 09 de julho de 2018.

Agosto

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia e Bujari;
- Foi realizado reuniões com os recém formados do curso de arquitetura e urbanismo da UNINORTE, na sede do CAU/AC. Atualizando os

participantes sobre os principais assuntos inerentes à profissão e ao conselho.

Setembro

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco;

Outubro

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves;
- Realização da palestra Desafios para o avanço do saneamento e interfaces com o planejamento territorial, com o engenheiro civil, Professor Doutor Ricardo de Souza Moretti. Que falou sobre os desafios de um bom saneamento abrangendo a todos, das soluções, das técnicas e os manejos das águas pluviais, entre outras abordagens. Realizada no hotel Holiday Inn Express em Rio Branco, no dia 04 de outubro.
- Equipe CAU/AC, na figura da Gerente Geral Marcia Rodrigues e o Gerente Técnico e de Fiscalização Ewerton Neri, participam da Semana de Engenharia Civil da Universidade Federal do Acre – UFAC, com o tema: Construindo fora da caixa. Realizada no dia 05 de outubro. Nessa oportunidade foi apresentado o conselho e realizado um tira duvida.

Novembro

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco;
- Lançamento do edital do Concurso Público do CAU/AC para provimento de vagas para cargos de Arquiteto e Urbanista (nível superior) e Assistente Administrativo (nível médio), para contratação de novos colaboradores;
- Proporcionamos aos profissionais e a sociedade a Exposição de Arquitetura Contemporânea da Amazônia – XAMA, com obras de arquitetura regional amazônica dos últimos 30 anos. Realizada no salão cultural do Via Verde Shopping em Rio Branco, no período de 17 a 26 de novembro.
- Realização no dia 26, o conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre, através da presidente Veronica Castro e o Gerente Técnico e de Fiscalização Ewerton Neri, proferiram uma palestra aos formandos do segundo semestre de 2018, da Universidade do Norte – UNINORTE. Assuntos diversos entre eles apresentação do conselho, apresentação do sistema que será utilizado, entre outros.
- Realização no dia 29, palestra com o arquiteto e urbanista Ricardo Meira, sobre os pecados da gestão, como levar o escritório a falência. Foram explanados alguns de seus casos pessoais que o fizeram pecar. Realizada na Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO.
- Participação no dia 29, da presidente Veronica Castro, na reunião de aprovação de inclusão dos arquitetos e urbanistas no Instituto Brasileiro de Avaliações e Pericias de Engenharia – IBAPE. Uma nova oportunidade para os profissionais de arquitetura. Reunião realizada no CREA/AC.

Dezembro

- Realização da fiscalização nos municípios de Rio Branco;
- Realização da Semana de Arquitetura e Urbanismo do CAU/AC nos dias 5, 6 e 7 de dezembro, contou com a participação de profissionais e estudantes do Estado, com temas como empreendedorismo, leis municipais, arquitetura contemporânea, Assistência Técnica em habitação de Interesse Social – Athis. Foram realizadas não só palestra, mas oficina também. Dentre outros temas da programação.
- Em comemoração ao dia do arquiteto e urbanista, foi lançada a campanha “Arquitetura e Urbanismo fazem diferença” em rádio, ônibus e outdoors.

7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

- 7.0 - Introdução
- 7.1 - Declaração dos titulares da secretaria-executiva e da unidade responsável pelo planejamento, orçamento e administração
 - 7.1.1 - Demonstração da eficiência e da conformidade legal de áreas relevantes de gestão que contribuíram para o alcance dos resultados da UPC no exercício
- 7.2 - Gestão orçamentária e financeira
 - 7.2.1 - Despesas detalhadas
 - 7.2.2 - Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações
 - 7.2.3 - Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado
 - 7.2.4 - Explicações sobre variações do resultado
 - 7.2.5 - Principais desafios e ações futuras
- 7.3 - Gestão de pessoas

- 7.3.1 - Avaliação da força de trabalho
- 7.3.2 - Detalhamento da despesa de pessoal
- 7.3.3 - Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia
- 7.4 - Gestão de licitações e contratos
- 7.5 - Gestão patrimonial e infraestrutura
- 7.6 - Gestão da tecnologia da informação
- 7.7 - Gestão de custos
- 7.8 - Sustentabilidade ambiental

7.0 - INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste capítulo é o de demonstrar como foram gerenciados os recursos orçamentários, humanos, tecnológicos e outros da Entidade, sob o prisma da eficiência e conformidade.

O termo alocação de recursos é utilizado para descrever o plano que a Entidade desenvolve, distribuindo as ferramentas das quais dispõe, para completar a sua missão institucional e alcançar seus objetivos estratégicos. Em geral, diz respeito a estratégias de curto prazo que têm a mesma duração que uma determinada tarefa, mas, em alguns casos, pode indicar como o CAU/AC lida com todas as tecnologias e os orçamentos que possui. Aperfeiçoar essa alocação é uma tarefa complexa porque os “recursos” — pessoas, equipamentos e insumos — não são muitos, e aproveitá-los bem exige pensar na aplicação de todos de forma que a Entidade consiga fazer mais com menos

7.1 - DECLARAÇÃO DOS TITULARES DA SECRETARIA-EXECUTIVA E DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre, criado pela Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, desde o início de suas atividades operacionais vem elaborando, anualmente, o documento denominado de Plano de Ação e Orçamento com vistas ao atendimento de seu Planejamento Estratégico, abrangendo missão institucional, visão da Entidade, valores institucionais, definidos através de objetivos e de diretrizes constantes nos seus projetos e atividades. Para o exercício social em análise, foram desenvolvidas 14 (quatorze) iniciativas estratégicas, das quais 5 (cinco) são projetos e 9 (nove) são atividades, todas alocadas e dispostas em seus respectivos centros de custos, sempre visando o desenvolvimento e fortalecimento da arquitetura e urbanismo no estado do Acre.

Estratégia de Atuação:

As principais realizações do CAU/AC, no exercício de 2018, em cumprimento ao Plano de Ação aprovado, focando nos objetivos estratégicos do mapa, foram realizadas de acordo com o planejado.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de "Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da arquitetura e urbanismo" foi executada a atividade "Fiscalização", Em favor da Fiscalização da atividade profissional, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Acre (CAU/AC), no âmbito de suas atribuições institucionais realizou projetos e atividades em parceria com a Comissão do Exercício Profissional (CEP/AC), buscando alcançar seu objetivo estratégico principal, qual seja, o de tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo no âmbito regional. A Fiscalização esteve presente em dezessete cidades do Estado em 2018. Como resultados foram realizados: 190 fiscalizações, emitidas 392 notificações preventivas, 48 autos de infração, não houve notificações para inadimplentes PF e para PJ. Foram realizadas ações fiscalizatórias, orientativas e preventivas. As fiscalizações ocorreram na capital do Acre, Rio Branco e em diversos municípios em busca de principalmente orientar e prevenir a sociedades de condições de risco. Foi realizado um encontro com os Arquitetos do município de Cruzeiro do Sul com o analista de fiscalização e o Gerente técnico e de fiscalização do CAU/AC, para sanar dúvidas dos profissionais e explicar sobre as atividades do conselho entre outros temas. Foi contratado através do processo seletivo provisório 01/2017 do CAU/AC um novo colaborador para o cargo de analista de fiscalização e no final de 2018 aberto concurso definitivo para o cargo de analista de fiscalização.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Assegurar a eficácia no Atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade” foi executada a atividade "Atendimento" e “Centro de serviço compartilhado – CSC – Atendimento” através do pagamento de salários e encargos, a qual estava previsto o investimento. Também participando das reuniões, treinamentos e seminários realizados para todos os CAU's UF através do CAU/BR, em busca a proporcionar um melhor atendimento e padronizando os trabalhos de maneira ampla em todo Brasil. Mudança da sede do conselho, para um novo endereço, com objetivo a ampliar e proporcionar um melhor atendimento aos profissionais e um melhor ambiente de trabalho.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a Sociedade” foi executada a atividade "palestras e comunicação", e também as publicações em diário oficial e divulgação do conselho nas mídias em busca de manter o conselho mais visível perante a sociedade. A assessoria de comunicação não foi contratada devido à falta de empresas interessadas, mas foram realizados atualização de informações pertinentes à profissão no site do CAU/AC; Elaboração de textos e imagens para as redes sociais do CAU/AC – Facebook e Instagram; Elaboração e envio de newsletters por e-mail; Monitoramento do site e de suas mídias sociais; Foram realizados o Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social-ATHIS e Oficina. Foram dois dias de muito aprendizado nas palestras e na oficina, que abordaram casos e nos mostraram o quão necessário é a Assistência Técnica para famílias de baixa renda. Foi realizada a semana de arquitetura e urbanismo, com varias palestras atingindo variados temas sobre arquitetura, proporcionando conhecimento para os profissionais e demais interessados. Lançamento da campanha de ética e disciplina, publicando partes importantes do livro “Comentários ao Código de ética e Disciplina”, que traz esclarecimentos e observações sobre as normas que orientam o comportamento ético dos arquitetos e urbanistas. Foram 30 dias com publicações diárias, contribuindo com a valorização profissional e orientando os profissionais das boas práticas.

Na busca do alcance do objetivo estratégico de “Aprimorar e inovar os processos e as ações ” foi executada a atividade de palestras e capacitação dos colaboradores, realizadas através do curso de licitação e treinamento do programa gestão TCU. Também através da compra de materiais destinados a organização do conselho com o objetivo de manter as necessidades do conselho. Foi realizado reuniões com os recém formados do curso de arquitetura e urbanismo das universidades, na sede do CAU/AC. Atualizando os participantes sobre os principais assuntos inerentes à profissão e ao conselho.

7.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCÍCIO

Encontra-se demonstrado nos itnes a seguir.

7.2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão alinhados para que funcionem como instrumento de programação, de controle e de planejamento, apresentando compatibilidade com as informações contábeis em 100% nas receitas e despesas, atendendo o princípio do orçamento bruto. O monitoramento das informações é feito de forma sistêmica e contribui para o atendimento dos objetivos estratégicos. A programação orçamentária do CAU/AC não depende do orçamento da União e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades, devidas pelos arquitetos e empresas de arquitetura, bem como, dos emolumentos, multas de infração, repasse do fundo de apoio e outras previstas na legislação.

7.2.1 - DESPESAS DETALHADAS

Apresentação

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre) passa a dispor quanto a análise crítica de suas Despesas por Grupo e Elemento de Despesa, havendo a separação das despesas correntes das despesas de capital.

Cabe mencionar que todos os valores apresentados abaixo, já foram objeto de auditoria externa (Empresa de auditoria BDO Brazil), e já foram devidamente objeto de análise, crítica, objeção (eventual) e aprovação por parte da Comissão de Finanças e Administração deste Conselho.

Todos os dados refletem com fiel clareza e mensuração, os dados contidos abaixo por rubrica (elemento de despesa).

O Conselho segue integralmente as regras concernentes a Contabilidade Pública e ao Direito Financeiro (Lei 4.320/64).

Análise Crítica

A Contabilidade desenvolveu durante o exercício financeiro de 2018 o relatório denominado de análise das despesas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre por conta (elemento de despesa). Este relatório fora elaborado mensalmente, para a devida análise dos conselheiros membros da respectiva comissão de Finanças e Administração.

Os principais pontos destacados foram:

A) Aumento nos gastos com diárias de funcionários, na ordem de R\$ 15.098,40. Este aumento representa um acréscimo de aproximadamente

55,21% se comparado com o exercício financeiro de 2017;

B) Aumento nos gastos com Serviços de Apoio Administrativo e Operacional, na ordem de R\$ 24.797,98. Este aumento representa um acréscimo de aproximadamente 88,48% se comparado com o exercício financeiro de 2017;

C) O total dos benefícios com Pessoal e Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento (salários + gratificação de função + 13ºsalário + férias + 1/3 de férias + abono de férias + horas extras + INSS Patronal + FGTS + PIS sobre a Folha) representou um total de R\$ 515.074,97, aproximadamente um total de 45.37% do total das despesas do CAU/AC.

D) Por fim, para as Despesas de Capital, as compras de imobilizados não acompanharam os aumentos ocorridos nas despesas correntes. No exercício de 2017, o valor total despendido para as despesas de capital foi da ordem de R\$ 100.520,00. Em compensação, o exercício financeiro de 2018 teve como despesas de capital o valor de R\$ 56.008,00.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	300.763,08	315.894,14	300.763,08	315.894,14	0,00	0,00	300.763,08	315.894,14
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	78.954,98	87.915,70	78.954,98	87.915,70	0,00	0,00	78.954,98	87.515,70
Demais elementos do grupo	67.365,30	153.709,13	67.365,30	153.709,13	0,00	0,00	67.365,30	153.709,13
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	13.574,19	0,00	13.574,19	0,00	0,00	0,00	13.574,19

3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.01.01.001.001 - Salários	300.763,08	315.894,14	300.763,08	315.894,14	0,00	0,00	300.763,08	315.894,14
6.2.2.1.1.01.01.01.001.004 - Férias	20.620,58	38.230,62	20.620,58	38.230,62	0,00	0,00	20.620,58	38.230,62
6.2.2.1.1.01.01.01.002.001 - INSS Patronal	78.954,98	87.915,70	78.954,98	87.915,70	0,00	0,00	78.954,98	87.515,70
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - Funcionários	27.345,60	42.444,00	27.345,60	42.444,00	0,00	0,00	27.345,60	42.444,00
6.2.2.1.1.01.03.02.001 - Conselheiros/Convidados	0,00	67.132,80	0,00	67.132,80	0,00	0,00	0,00	67.132,80
6.2.2.1.1.01.04.01.001 - Consultoria Contábil	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00	36.000,00
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Consultoria Jurídica	49.800,00	50.400,00	49.800,00	50.400,00	0,00	0,00	49.800,00	50.400,00
6.2.2.1.1.01.04.04.006 - Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	27.990,69	52.758,58	27.990,69	52.758,58	0,00	0,00	27.990,69	52.758,58
6.2.2.1.1.01.04.04.010 - Locação de Bens Imóveis	41.038,59	50.764,42	41.038,59	50.764,42	0,00	0,00	40.513,59	50.764,42
6.2.2.1.1.01.04.04.019 - Serviços Gráficos	0,00	38.355,00	0,00	38.355,00	0,00	0,00	0,00	38.355,00
6.2.2.1.1.01.04.06.001 - Conselheiros/Convidados	60.014,05	58.374,20	60.014,05	58.374,20	0,00	0,00	60.014,05	58.374,20
Demais elementos do grupo	75.463,10	240.859,62	75.463,10	240.859,62	0,00	0,00	74.483,10	240.859,62
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018

4. Investimentos								
6.2.2.1.1.02.01.03.001 - Móveis e Utensílios	0,00	40.968,00	0,00	40.968,00	0,00	0,00	0,00	40.968,00
Demais elementos do grupo	100.520,00	15.040,00	100.520,00	15.040,00	0,00	0,00	80.000,00	13.140,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Totais por Modalidade de Contratação.pdf - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Vide anexo do tópico 7.2.1 no final da seção.

7.2.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE, apresenta abaixo a sua programação orçamentária das despesas do período de 2018. a dotação orçamentária inicial apresenta um total de gastos para 2018, num valor de R\$ 1.161,807,00 para despesas correntes. O relatório serve de base para a tomada de decisão quanto as reformulações iniciais, redução de credito, aportes, suplementação entre outras transposições de saldos.

Análise crítica

Conforme relatório apresentado, para que se atendessem eventuais demandas e quando não encontramos valores orçados na dotação inicial, são utilizados os dispositivos de transposições de saldos, para que a rubrica elemento de despesa seja alimentada com o valor correspondente a aquele gasto que será efetuado.

As disposições constantes deste relatório serão auditadas pela empresa de Auditoria Interna contratada, atendendo a todos os aspectos legais, e as Normas Brasileiras de contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Por fim, este relatório foi gerido durante o período de 2018 e na reprogramação de 2018, pelo departamento de Planejamento e Assessoria Orçamentário do CAU.

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	1.171.485,00	1.161.807,00	47.061,00	70.000,00	2.227,00	0,00	1.216.319,00	1.231.807,00

6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	1.089.185,00	1.161.807,00	27.061,00	0,00	2.227,00	0,00	1.114.019,00	1.161.807,00
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	129.019,00	154.274,00	9.172,00	0,00	2.227,00	0,00	135.964,00	154.274,00
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	129.019,00	154.274,00	9.172,00	0,00	2.227,00	0,00	135.964,00	154.274,00
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	129.019,00	154.274,00	9.172,00	0,00	2.227,00	0,00	135.964,00	154.274,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	93.338,00	114.134,00	15.212,00	0,00	0,00	0,00	108.550,00	114.134,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00
6.2.1.1.1.05.05 - EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	91.338,00	111.134,00	15.212,00	0,00	0,00	0,00	106.550,00	111.134,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	35.611,00	38.296,00	2.677,00	0,00	0,00	0,00	38.288,00	38.296,00
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	6.611,00	10.296,00	2.677,00	0,00	0,00	0,00	9.288,00	10.296,00
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	28.000,00
6.2.1.1.1.06.05.03 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	2.000,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	26.000,00
6.2.1.1.1.07 -	831.217,00	855.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831.217,00	855.103,00

TRANSFERENCIAS CORRENTES									
6.2.1.1.1.07.02 - Transferencias Intergovernamentais	831.217,00	855.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	831.217,00	855.103,00	
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	82.300,00	0,00	20.000,00	70.000,00	0,00	0,00	102.300,00	70.000,00	
6.2.1.1.2.05 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	82.300,00	0,00	20.000,00	70.000,00	0,00	0,00	102.300,00	70.000,00	
6.2.1.1.2.05.01 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	82.300,00	0,00	20.000,00	70.000,00	0,00	0,00	102.300,00	70.000,00	
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.171.485,00	1.161.807,00	255.360,72	227.084,20	210.526,72	157.084,20	1.216.319,00	1.231.807,00	
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.171.485,00	1.161.807,00	255.360,72	227.084,20	210.526,72	157.084,20	1.216.319,00	1.231.807,00	
6.2.2.1.1.01 - DESPESA CORRENTE	1.068.185,00	1.139.507,00	189.187,11	148.904,20	143.353,11	134.604,86	1.114.019,00	1.153.806,34	
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL	534.000,00	606.200,00	45.121,91	13.328,68	73.867,61	27.454,31	505.254,30	592.074,37	
6.2.2.1.1.01.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS	514.000,00	571.200,00	23.121,91	5.884,68	67.387,61	27.454,31	469.734,30	549.630,37	
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	406.208,00	440.142,00	16.049,41	5.884,68	65.548,95	27.454,31	356.708,46	418.572,37	
6.2.2.1.1.01.01.01.002 - ENCARGOS SOCIAIS	107.792,00	131.058,00	7.072,50	0,00	1.838,66	0,00	113.025,84	131.058,00	
6.2.2.1.1.01.01.02 - DIÁRIAS	20.000,00	35.000,00	22.000,00	7.444,00	6.480,00	0,00	35.520,00	42.444,00	
6.2.2.1.1.01.02 - MATERIAL DE CONSUMO	13.600,00	12.900,00	3.157,00	12.442,61	3.228,50	6.932,50	13.528,50	18.410,11	
6.2.2.1.1.01.02.01 - MATERIAL DE CONSUMO	13.600,00	12.900,00	3.157,00	12.442,61	3.228,50	6.932,50	13.528,50	18.410,11	

6.2.2.1.1.01.03 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	91.600,00	80.353,00	27.328,00	12.421,80	14.760,00	19.642,00	104.168,00	73.132,80
6.2.2.1.1.01.03.01 - REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	36.600,00	15.000,00	0,00	642,00	14.760,00	9.642,00	21.840,00	6.000,00
6.2.2.1.1.01.03.02 - DIÁRIAS	55.000,00	65.353,00	27.328,00	11.779,80	0,00	10.000,00	82.328,00	67.132,80
6.2.2.1.1.01.04 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	394.840,00	393.740,00	98.663,89	103.243,91	49.497,00	80.576,05	444.006,89	416.407,86
6.2.2.1.1.01.04.01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	89.520,00	87.600,00	1.800,00	600,00	200,00	1.700,00	91.120,00	86.500,00
6.2.2.1.1.01.04.02 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	46.000,00	35.000,00	2.000,00	374,00	0,00	20.000,00	48.000,00	15.374,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS PRESTADOS	208.020,00	194.140,00	48.417,48	79.780,98	49.297,00	39.334,50	207.140,48	234.586,48
6.2.2.1.1.01.04.06 - PASSAGENS	51.300,00	77.000,00	46.446,41	22.488,93	0,00	19.541,55	97.746,41	79.947,38
6.2.2.1.1.01.05 - ENCARGOS DIVERSOS	7.680,00	12.000,00	14.916,31	7.467,20	2.000,00	0,00	20.596,31	19.467,20
6.2.2.1.1.01.05.01 - ENCARGOS DIVERSOS	7.680,00	12.000,00	14.916,31	7.467,20	2.000,00	0,00	20.596,31	19.467,20
6.2.2.1.1.01.07 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.465,00	34.314,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.465,00	34.314,00
6.2.2.1.1.01.07.01 - FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	7.809,00	8.708,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.809,00	8.708,00
6.2.2.1.1.01.07.03 - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADO	18.656,00	25.606,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.656,00	25.606,00

6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	82.300,00	0,00	58.300,00	78.180,00	38.300,00	180,00	102.300,00	78.000,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	82.300,00	0,00	58.300,00	78.180,00	38.300,00	180,00	102.300,00	78.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	82.300,00	0,00	58.300,00	78.180,00	38.300,00	180,00	102.300,00	78.000,00
6.2.2.1.1.03 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	21.000,00	22.300,00	7.873,61	0,00	28.873,61	22.299,34	0,00	0,66

7.2.3 - DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO

Em relação às despesas, previstas inicialmente na ordem de R\$ 1.161.807,00 (um milhão e sessenta e um mil, oitocentos e sete reais), o Conselho utilizou-se de aproximadamente 92,88%, deste valor, ou seja, o total das despesas correntes empenhadas até o mês de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1.079.129,08 (um milhão, setenta e nove mil, cento e vinte e nove reais e oito centavos), com a reprogramação houve um aumento orçamentário para despesa de capital num montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), valor este executado em 80,01% para aquisição de móveis e utensílios e máquinas e equipamento.

7.2.4 - EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO

DA RECEITA

A receita arrecadada até o mês de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1.130.977,88, que corresponde a 91,81% da Receita Orçamentária que é de R\$ 1.231.807,00.

DA DESPESA

A despesa empenhada até o mês de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1.135,137,08 que corresponde a 92,15% da Despesa Orçamentária que é de R\$ 1.231.807,00.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Comparando a Receita Arrecadada com a Despesa Realizada até o mês de dezembro de 2018, constatou-se um Déficit Orçamentário no valor de R\$ 4.159,20 do valor arrecadado até o mês de dezembro de 2018.

Embora tenha sido um ano melhor em relação ao exercício social anterior (2017), o ano de 2018 ainda demonstrou que a crise econômica financeira pelo qual atravessa o país, impactou consideravelmente nos resultados das Entidades privadas, dos órgãos públicos e nos demais segmentos da economia. A estimativa de receita, na ordem de R\$ 1.231.807,00 (um milhão, duzentos e trinta em um mil e oitocentos e sete reais), devidamente atualizada quando do oferecimento da 1ª Reprogramação ao Plano de Ação Inicial para o exercício de 2018, não foi alcançada em sua integralidade, pois o CAU/AC, no âmbito nacional dos CAU"s é considerado um CAU básico tendo como parte de sua receita um suplemento oriundo do repasse de outros CAUs, receita essa que por motivos administrativos somente chegaram em 2019.

Embora tenha faltado um repasse de R\$ 158.126,41 (cento e cinquenta e oito mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e um centavos) para alcançar o valor previsto, a Entidade apresentou um aumento na sua arrecadação, com relação ao ano anterior, na ordem de 2,00%.

Tal resultado deu-se, dentre outras circunstâncias, ao Programa de Refis do CAU, o qual possibilitou que os profissionais pudessem regularizar sua situação, refinanciando as anuidades em atraso, decorrentes de débitos de 2012 a 2018, com condições facilitadas, prevendo ainda a isenção da multa de mora de 20%, além de poderem negociar seus débitos em mais parcelas, de acordo com cada caso.

Em relação às despesas, previstas inicialmente na ordem de R\$ 1.231,807,00 (um milhão, duzentos e trinta e um mil e oitocentos e sete reais),

o Conselho utilizou-se de aproximadamente 92,15%, deste valor, ou seja, o total das despesas empenhadas até o mês de dezembro de 2018 atingiu o valor de R\$ 1.135.137,08 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, cento e trinta e sete reais e oito centavos). Este valor das despesas em 2018 foi superior em 16,00% com relação ao total das despesas de 2017,

Quando comparados receitas e despesas de 2018, o CAU/AC apresentou um déficit orçamentário de R\$ 4.159,20 (quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte centavos). Caso esse inédito no conselho que em no seu sétimo ano de existências somente obteve superavit orçamentário.

Para 2019, embora esta nota aborde o exercício anterior, uma importante decisão já fora tomada, tendo muito em vista os cálculos efetuados, e a realidade apresentada em 2018. O Conselho terá o desafio de constituir sua sede própria, a expectativa é que ainda no primeiro semestre do presente exercício financeiro a entidade já esteja instalada no novo endereço.

7.2.5 - PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

As particularidades e necessidades específicas de cada conselho é o principal desafio da gestão, considerando as funcionalidades do principal sistema utilizado pela entidade e seus profissionais, sistema esse denominado SICCAU. Entende-se que a integração dos sistemas resultaria em qualidade na prestação de contas e ganho de tempo. A uma grande expectativa no desenvolvimento do sistema SICCAU 2.0, que possa vir atender as exigências de cada setor, diminuir o retrabalho e aumentar a confiabilidade dos relatórios gerados. A restrição orçamentária no conselho vem exigindo contínuas adaptações para manter a qualidade dos serviços prestados com o uso de menos recurso financeiro. Embora tenha sido um ano melhor em relação ao exercício social anterior (2017), o ano de 2018 ainda demonstrou que a crise econômica financeira pelo qual atravessa o país, impactou consideravelmente nos resultados das Entidades privadas, dos órgãos públicos e nos demais segmentos da economia. Para 2019, embora esta nota aborde o exercício anterior, uma importante decisão já fora tomada, tendo muito em vista os cálculos efetuados, e a realidade apresentada em 2018. o Conselho esta buscando no mercado imobiliário um imóvel para se tornar a sede própria, com a expectativa é que ainda no primeiro semestre do presente exercício financeiro a entidade já esteja instalada no novo endereço. O aluguel da atual sede do CAU/AC representa anualmente, cerca de 5% do total das despesas da Entidade. Em 2018, as despesas com o aluguel do prédio representou aproximadamente 4,50% do total das receitas arrecadadas, muito quando comparada com as demais despesas incorridas na manutenção das atividades da Entidade. Com a aquisição da sede própria, teremos a redução com despesas de aluguel. Porém, a Entidade deverá, ao menos no início, dar destinação ao prédio, ajustando-o a realidade operacional do Conselho. Eventuais gastos incorridos no início da utilização do prédio, certamente serão absorvidos no decorrer do tempo, uma vez que não haverá mais despm aluguéis, uma pequena economia, que impactará na formação do resultado orçamentário da Entidade.

7.3 - GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

Para assegurar a aplicação do art.18, inciso I, parágrafo 1º do art. 19 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal que determina a alocação de no máximo 55% do total das receitas correntes do exercício, compreendendo as receitas de arrecadação, aplicações financeiras e outras receitas correntes, para a alocação de despesas com pessoal (remunerações, encargos e benefícios) realiza o acompanhamento das suas despesas e receitas mensalmente e as encaminha para a chancela do Conselho Federal. Salienta-se que o orçamento anual somente é aprovado pelas instâncias superiores se observado o dispositivo da lei.

7.3.1 - AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Força de trabalho da UPC

Introdução

1. Em dezembro de 2018, o CAU/AC contava com 05 colaboradores, sendo 02 funcionários efetivos, 03 cargos efetivo de livre provimento.

Análise Crítica

As atividades de contabilidade, jurídica, limpeza e motorista foram terceirizadas

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	4	2	1	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	4	2	1	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	2	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	3	0	0

4. Total de Servidores (1+2+3)	7	5	1	3
---------------------------------------	---	---	---	---

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	4	1

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

O quadro funcional do CAU/AC é composto por cinco colaboradores, sendo classificados de acordo com a função da seguinte forma: Um fiscal,

Um Gerente Técnico e de Fiscalização; Uma secretaria geral; Um assistente administrativo, Um Gerente Geral.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	3	3	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	3	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	3	3	0	0

Análise Crítica

Quantidade de servidores frente às necessidades da unidade

Como o CAU/BR observou nas estruturas menores, alguns cargos acabam tendo enriquecimento de tarefas (multi-skill), com o mesmo

profissional tendo que assumir um escopo maior para atender os processos comuns às estruturas maiores.

Avaliação da distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim

A distribuição proporcional entre as áreas meio e as áreas fim onde 80,00% da força de trabalho está destinadas as areas meio e 20,00% as areas fim.

Avaliação do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

A quantidade de servidores concursado perante aos não concursados equivalem a proporcionalidade de 40,00%

Impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

Não houve aposentadoria no período.

Afastamentos que reduzem a força de trabalho e impactos nas atividades desenvolvidas

Durante o ano calendário de 2018 houve um afastamento por licença sem remuneração que motivou um afastamento definitivo e dois afastamentos definitivos por iniciativa dos servidores que impactou muito o desenvolvimento das atividades do conselho devido ao número reduzido de servidores para a realização dos processos necessários ao Conselho em especial a fiscalização.

7.3.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Despesas com Pessoal

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
Despesas de Pessoal				
2018	403.809,84	0,00	0,00	403.809,84
2017	322.328,01	0,00	0,00	322.328,01

7.3.3 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

Gratificação de desempenho

A gratificação de desempenho ainda não é praticada no âmbito do CAU/AC

Progressão funcional

A progressão funcional ainda não é praticada no âmbito do CAU/AC

Estágio probatório

Não se aplica.

Tabela de remuneração

TABELA I - REMUNERAÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL DO CAU/AC EMPREGOS DE LIBRE PROVIMENTO E DEMISSÃO

DESIGNAÇÃO DOS COLABORADORES	SALÁRIOS (R\$)
Gerente Geral	8.136,12
Gerente Técnico	8.136,12
Secretária	2.446,69

TABELA II - REMUNERAÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL DO CAU/AC EMPREGOS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR

DESIGNAÇÃO DOS COLABORADORES	SALÁRIOS (R\$)
------------------------------	----------------

Fiscal	5.624,00
Assistente Administrativo	2.498,85

Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Não possui servidores efetivos ocupantes de cargos gerenciais

Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC

7.4 - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

O ordenador de despesa do CAU/AC conta com assessoria jurídica nos processos de aquisições e contratações de serviços a fim de garantir a sua conformidade com as normas, principalmente, com relação a aplicação da Lei 8.666/93, 10.520/02 e suas atualizações.

Ainda sobre este tópico para melhor o conselho conta com o módulo COMPRAS & CONTRATOS.NET do sistema Implanta Informática, onde nos auxilia no Controle dos processos de compras, cotações de preços, contratações de serviços e dos contratos. O sistema permite a gestão completa dos processos, desde as solicitações realizadas pelos usuários das unidades do Conselho até a entrega do material e/ou execução dos serviços. Possui rotina específica para o fiscal do contrato e diversos relatórios para controle pelos gestores. Este módulo possui integração com o módulo de Controle Contábil, Orçamentário e de Despesas (SISCONT.NET).

7.5 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal

O CAU/AC, em conjunto com o CAU/BR, conta com o atendimento do Centro de Serviços Compartilhados-CSC, conforme definido na Resolução n. 92 do CAU/BR, de 10 de outubro de 2014, que compreendem os seguintes serviços: a) Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) nos módulos: 1 - Gerencial: Orçamentário, Financeiro e Contábil, Centro de Custo, Patrimônio, Passagens e Diárias, Almoxarifado, Compras e Contratos; 2 - Corporativo e Ambiente Profissional; 3 - Sistema de Informação Geográfica; b) Serviço de DATA CENTER; 54 c) Rede Integrada de Atendimento (RIA), compreendendo: 1 - Serviço de Tele Atendimento Qualificado (TAQ); 2 - Serviço Telefônico de Tele Atendimento 0800; 3 - Rede Social Corporativa dos Arquitetos e Urbanistas; 4 - Atendente Virtual.

7.6 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

O CAU/AC não possui área específica responsável pela gestão de TI por existir um centro de serviços compartilhados que gera uma série de vantagens para os CAU/UF e para a comunidade dos arquitetos e urbanistas como a melhor prestação de serviços em todo o país e de maneira uniformizada; economia de escala na compra de tecnologias e treinamento dos atendentes; e facilidade de atualização tecnológica, uma vez que o mesmo sistema será usado em todas as unidades da federação. O Centro de Serviços Compartilhados (CSC) gerencia serviços como o Sistema de Comunicação e Informação do CAU (SICCAU) e o Sistema de Inteligência Geográfica (IGEO), além de informações contábeis e gerenciais internas do CAU. Os custos são compartilhados entre o CAU/BR e os CAU/UF, em conformidade com as obrigações respectivas estabelecidas pela Lei 12.378/2010

7.7 - GESTÃO DE CUSTOS

Conformidade legal

Para a apuração dos custos o CAU/AC atua com o acompanhamento de sua Execução Orçamentária e Financeira por meio de relatórios gerenciais de receitas e despesas, realizados trimestralmente e analisados pela Comissão de Finanças e Administração do CAU/AC. Após sua aprovação são encaminhados ao CAU/BR para apreciação de sua comissão de finanças, conforme estipulado na Resolução CAU/BR nº 101, de 27 de março de 2015.

7.8 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O CAU/AC no que diz respeito a Sustentabilidade Ambiental, adota as seguintes ações:

Para evitar o desperdício de materiais são priorizados os trâmites processuais na forma eletrônica, evitando excesso de impressões;

Campanha interna de consumo consciente de água, através de adesivos fixados nas paredes dos banheiros com alertas, buscando evitar o desperdício exagerado;

Adesivos fixados em bebedouros com os avisos de adote uma garrafinha ou um copo, para evitar a utilização de copos descartáveis;

Anexo do tópico 7.2.1

**DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.PDF -
DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2018			2017			2018			2017		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	18	53.448,39	4,71	11	166.531,90	16,16	18	53.448,39	4,72	11	148.271,90	14,71
b) Tomada de Preços	6	52.239,78	4,60	0	0,00	0	6	52.239,78	4,61	0	0,00	0
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	13	115.126,83	10,14	1	10.240,38	0,99	13	115.126,83	10,16	1	10.240,38	1,02
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	18	90.720,61	7,99	18	56.418,26	5,48	18	88.820,61	7,84	18	52.653,26	5,22
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	55	311.535,61	27,4	30	233.190,54	22,6	55	309.635,61	27,3	30	211.165,54	21,0
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	11	26.670,10	2,35	19	40.662,92	3,95	11	26.670,10	2,35	19	40.662,92	4,03
j) Inexigibilidade	1	8.448,30	0,74	3	5.619,80	0,55	1	8.448,30	0,75	3	5.619,80	0,56
p) Compra Direta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	12	35.118,40	3,1	22	46.282,72	4,5	12	35.118,40	3,1	22	46.282,72	4,6
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0	0	0,00	0,0
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
m) Diárias	38	88.387,20	7,79	49	103.542,93	10,05	38	88.387,20	7,80	49	103.542,93	10,27
	38	88.387,20	7,8	49	103.542,93	10,1	38	88.387,20	7,8	49	103.542,93	10,3
5. Total												
	105	435.041,21	38,32	101	383.016,19	37,17	105	433.141,21	38,24	101	360.991,19	35,80
6. Outros												
n) Outros	84	700.095,87	61,68	79	647.312,70	62,83	84	699.695,87	61,76	79	647.312,70	64,20
o) Chamamento Público	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	84	700.095,87	61,7	79	647.312,70	62,8	84	699.695,87	61,8	79	647.312,70	64,2
Total Geral												
	189	1.135.137,08	100	180	1.030.328,89	100	189	1.132.837,08	100	180	1.008.303,89	100

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 8.0 - Introdução
- 8.1 - Declaração do contador / opinião dos auditores externos
- 8.2 - Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

8.0 - INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos Princípios Contábeis.

8.1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR / OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

O resultado patrimonial foi de R\$ 110.007,24 (cento e dez mil, sete reais e vinte e quatro centavos) de superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a Resolução nº 101/2015. O resultado financeiro representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apresentou um superávit financeiro no valor de R\$ 283.562,51 (duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos). O resultado orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 51.848,80 (cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos). Apesar do aumento na inadimplência o Desempenho Orçamentário, o CAU/AC apresentou resultado satisfatório em todos os aspectos financeiros, resultando em um Patrimônio Líquido de R\$ 733.573,94 (setecentos e trinta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e quatro centavos).

8.2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Nome	Descrição
Balanco Financeiro.pdf	Balanco Financeiro
Balanco Orcamentario.pdf	Balanco Orcamentario
Balanco Patrimonial.pdf	Balanco Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Anexo do tópico 8.2

BALANÇO FINANCEIRO.PDF - BALANÇO FINANCEIRO

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.130.977,88	1.108.338,89	Despesa Orçamentária	1.135.137,08	1.030.328,89
RECEITA REALIZADA	1.130.977,88	1.108.338,89	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	2.300,00	22.025,00
RECEITA CORRENTE	1.130.977,88	1.108.338,89	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.132.837,08	1.008.303,89
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	138.279,53	124.597,27	DESPESA CORRENTE	1.078.729,08	928.303,89
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	138.279,53	124.597,27	PESSOAL	557.118,97	495.049,54
ANUIDADES	138.279,53	124.597,27	MATERIAL DE CONSUMO	10.671,40	6.672,50
RECEITA DE SERVIÇOS	171.303,24	149.222,97	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.132,80	90.740,51
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.439,06	1.729,31	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	395.470,81	288.801,43
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	167.864,18	147.493,66	ENCARGOS DIVERSOS	13.574,19	20.574,91
FINANCEIRAS	19.598,09	33.210,81	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.760,91	26.465,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	8.486,54	7.069,88	DESPESA DE CAPITAL	54.108,00	80.000,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	11.111,55	26.140,93	INVESTIMENTOS	54.108,00	80.000,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11.111,55	26.140,93			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	799.453,63	800.673,56			
Transferencias Intergovernamentais	799.453,63	800.673,56			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.343,39	634,28			
MULTAS DE INFRAÇÕES	128,16	634,28			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.215,23				

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	211.490,43	191.458,33	Pagamentos Extraorçamentários	353.044,65	173.494,84
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.300,00	22.025,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	22.025,00	602,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	87.638,31	81.340,13	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.024,41	79.949,20
Outros Recebimentos Extraorçamentários	121.552,12	88.093,20	Outros Pagamentos Extraorçamentários	252.995,24	92.943,53
Saldo em espécie do Exercício Anterior	502.468,83	406.495,34	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	356.755,41	502.468,83
Caixa e Equivalente de Caixa	502.468,83	406.495,34	Caixa e Equivalente de Caixa	356.755,41	502.468,83
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	1.844.937,14	1.706.292,56		1.844.937,14	1.706.292,56

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA
BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15



Anexo do tópico 8.2

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.PDF - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.161.807,00	1.161.807,00	1.130.977,88	-30.829,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	154.274,00	154.274,00	138.279,53	-15.994,47
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	154.274,00	154.274,00	138.279,53	-15.994,47
ANUIDADES	154.274,00	154.274,00	138.279,53	-15.994,47
RECEITA DE SERVIÇOS	114.134,00	114.134,00	171.303,24	57.169,24
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.000,00	3.000,00	3.439,06	439,06
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	111.134,00	111.134,00	167.864,18	56.730,18
FINANCEIRAS	38.296,00	38.296,00	19.598,09	-18.697,91
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	10.296,00	10.296,00	8.486,54	-1.809,46
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	28.000,00	28.000,00	11.111,55	-16.888,45
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26.000,00	26.000,00	11.111,55	-14.888,45
TRANSFERENCIAS CORRENTES	855.103,00	855.103,00	799.453,63	-55.649,37
Transferencias Intergovernamentais	855.103,00	855.103,00	799.453,63	-55.649,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.343,39	2.343,39
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	128,16	128,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	2.215,23	2.215,23
RECEITA DE CAPITAL	0,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	70.000,00	0,00	-70.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			0,00	70.000,00	0,00	-70.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.161.807,00	1.231.807,00	1.130.977,88	-100.829,12
DÉFICIT			0,00	0,00	4.159,20	4.159,20
TOTAL			1.161.807,00	1.231.807,00	1.135.137,08	-96.669,92
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.139.507,00	1.153.806,34	1.079.129,08	1.079.129,08	1.078.729,08	74.677,26
PESSOAL	606.200,00	592.074,37	557.518,97	557.518,97	557.118,97	34.555,40
PESSOAL E ENCARGOS	571.200,00	549.630,37	515.074,97	515.074,97	514.674,97	34.555,40
DIÁRIAS	35.000,00	42.444,00	42.444,00	42.444,00	42.444,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	12.900,00	18.410,11	10.671,40	10.671,40	10.671,40	7.738,71
MATERIAL DE CONSUMO	12.900,00	18.410,11	10.671,40	10.671,40	10.671,40	7.738,71
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	80.353,00	73.132,80	73.132,80	73.132,80	73.132,80	0,00
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	15.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
DIÁRIAS	65.353,00	67.132,80	67.132,80	67.132,80	67.132,80	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	393.740,00	416.407,86	395.470,81	395.470,81	395.470,81	20.937,05
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	87.600,00	86.500,00	86.400,00	86.400,00	86.400,00	100,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	35.000,00	15.374,00	8.656,20	8.656,20	8.656,20	6.717,80
SERVIÇOS PRESTADOS	194.140,00	234.586,48	221.391,76	221.391,76	221.391,76	13.194,72
PASSAGENS	77.000,00	79.947,38	79.022,85	79.022,85	79.022,85	924,53
ENCARGOS DIVERSOS	12.000,00	19.467,20	13.574,19	13.574,19	13.574,19	5.893,01
ENCARGOS DIVERSOS	12.000,00	19.467,20	13.574,19	13.574,19	13.574,19	5.893,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.314,00	34.314,00	28.760,91	28.760,91	28.760,91	5.553,09
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	8.708,00	8.708,00	8.708,00	8.708,00	8.708,00	0,00
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADO	25.606,00	25.606,00	20.052,91	20.052,91	20.052,91	5.553,09

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	78.000,00	56.008,00	56.008,00	54.108,00	21.992,00
INVESTIMENTOS	0,00	78.000,00	56.008,00	56.008,00	54.108,00	21.992,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	78.000,00	56.008,00	56.008,00	54.108,00	21.992,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	22.300,00	0,66	0,00	0,00	0,00	0,66
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.161.807,00	1.231.807,00	1.135.137,08	1.135.137,08	1.132.837,08	96.669,92
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.161.807,00	1.231.807,00	1.135.137,08	1.135.137,08	1.132.837,08	96.669,92

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA
BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESA CORRENTE	0,00	1.505,00	1.505,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	1.505,00	1.505,00	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	20.520,00	20.520,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	20.520,00	20.520,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	22.025,00	22.025,00	0,00	0,00

Anexo do tópico 8.2

BALANÇO PATRIMONIAL.PDF - BALANÇO PATRIMONIAL

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2017 à 31/12/2017

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	624.435,42	559.252,89	PASSIVO CIRCULANTE	73.192,90	94.013,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	356.755,41	502.468,83	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	96.062,33	16.884,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CLIENTES	85.370,46	55.727,03	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.300,00	22.025,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	89.923,56	49.142,59	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	79.231,69	87.985,62	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	171.617,68	39.900,06	PROVISÕES A CURTO PRAZO	59.029,17	70.012,89
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.863,73	1.975,33
ESTOQUES	0,00	0,00		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	182.331,42	158.327,03	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.816,34	1.816,34	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.816,34	1.816,34	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	175.258,83	149.373,44	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	271.756,44	215.748,44	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	96.497,61	66.375,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	5.256,25	7.137,25		0,00	0,00
SOFTWARES	10.450,00	10.450,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	5.193,75	3.312,75		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	73.192,90	94.013,22

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	733.573,94	623.566,70
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	733.573,94	623.566,70
TOTAL	806.766,84	717.579,92	TOTAL	806.766,84	717.579,92
ATIVO FINANCEIRO	356.755,41	502.468,83	PASSIVO FINANCEIRO	72.918,40	94.013,22
ATIVO PERMANENTE	450.011,43	215.111,09	PASSIVO PERMANENTE	274,50	0,00
SALDO PATRIMONIAL				733.573,94	623.566,70

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	92.812,55	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	92.812,55	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	283.837,01	408.455,61

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA
BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

Notas Explicativas

1 - Nota Explicativa 2018

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balço patrimonial

Balço financeiro

Balanço orçamentário

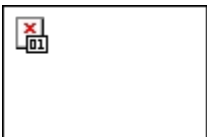
Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/AC é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/AC aprovado pela Plenária em 19 de novembro de 2013.

O Conselho está localizado na Rua Custodio Freire, número 40, Bosque - Rio Branco/Acre.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e

cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AC procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.

b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos

exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.

c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/AC, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) **Reflexo patrimonial comparativo**

	2018	2017
Créditos de Anuidades	175.294	104.870
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(79.232)	(87.986)

Do montante de R\$ 79.232,00 do ajuste contábil implantado em 2018, somente o valor de R\$ 5.964, incidente sobre os créditos de anuidades de 2018, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2018. O restante de R\$ 7.268 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2017 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente. Porém devido à baixa quantidade de produtos adquiridos, o Conselho não contabiliza estoques

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AC segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor Residual
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos de uso Administrativo	8	10%
Veículo de uso Fiscalização	5	10%
Máquinas e Equipamentos	5	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	5	10%
Sistemas de Processamentos de Dafos	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos

na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do

desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AC procederá o registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício sempre que necessário.

Base de mensuração - O CAU/AC adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação às contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Banco Conta Movimento	-	36.435
Aplicações Financeiras	356.755	466.034
	356.755	502.469

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2018	2017
Créditos de anuidade do exercício	85.370	55.727
Créditos de anuidade de exercícios anteriores	89.924	49.143
(-) Provisões para devedores duvidosos	(79.232)	(87.986)
	96.062	16.884

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e também a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	175.294	104.870
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(79.232)	(87.986)
	96.062	16.884

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Receber

	Consolidado	
	2018	2017
IPTU a recuperar	338	338
Outros impostos a recuperar	832	832
Fundo de Apoio	158.126	38.725
Banco do Brasil S/A	6	6
Adiantamento a Fornecedores	11.637	-
CAU/BR	290	-
INSS a recuperar	388	-
	171.617	39.900

Compreendem valores a receber relativo a adiantamento para fornecedores, valores a receber de entes públicos e terceiros até o término do exercício seguinte:

1. Valor pago a maior perante a Prefeitura Municipal de Rio Branco referente ao IPTU do imóvel locado onde funciona a sede do CAU.

2. Outros Impostos a recuperar refere-se ao imposto federal pago em duplicidade, aguardando restituição da Secretaria da Fazenda.
3. Fundo de Apoio valor referente ao repasse que é feito mensalmente aos CAU/AC pela CAU/BR que no exercício teve um atraso no repasse de duas parcelas aumentando consideravelmente os créditos a receber, situação essa que será solucionada no próximo exercício.
4. Adiantamento a fornecedores valores representados onde R\$ 9.388,51 corresponde a uma fatura paga em duplicidade ao fornecedor Uatumã Empreendimentos Turísticos Ltda, que será compensado no exercício de 2019. Valor de R\$ 2.223,75 adiantado a Dominio Assessoria e Serviços Contábeis Ltda para a devida regularização da RAT recolhida a menor no período de 2013 a 2017 devidamente regularizado sendo o valor de multas e juros pagos pelo CAU/AC e descontado nas faturas da empresa Dominio conforme documento arquivado junto ao contrato da mesma. O valor de R\$ 289,87 corresponde ao ressarcimento de tarifas bancárias referente ao mês de 12/2018 a ser repassado em 2019 pelo CAU/BR e o valor de R\$ 387,96 foi pago a maior na competência 13/2018 para o Instituto Nacional de Previdência Social que será compensado no ano de 2019.

8. Realizável a Longo Prazo

	2018	2017
Divida Ativa	1.816	1.816
	1.816	1.816

Os créditos de longo prazo, apresentados na tabela acima, corresponde aos valores de anuidades escritas na dívida ativa sem os juros e multas correspondentes.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulado	Líquido	
			2018	2017
Instalações	1.670	(597)	1.073	1.223
Veículos	80.000	(20.400)	59.600	74.000
Móveis e Utensílios	68.211	(12.784)	55.427	17.659
Equipamentos de Informática	88.851	(55.764)	33.087	43.415
Máquinas e Equipamentos	30.824	(6.358)	24.466	11.272
Utensílios de Copa e Cozinha	2.200	(594)	1.606	1.804
Total	271.756	(96.498)	175.259	149.373

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota n° 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Instalações	1.223	-	-	(150,35)	1.073
Veículos	74.000	-	-	(14.400)	59.600
Móveis e utensílios	17.659	40.968	-	(3.200)	55.427
Equipamentos de Processamento de Dados	43.415	-	-	(10.328)	33.087
Máquinas e Equipamentos	11.272	15.040,00	-	(1.846)	24.466
Utensílios de Copa e Cozinha	1.804	-	-	(198)	1.606
Total	149.373	56.008	-	(66.375,00)	175.259

No exercício de 2018 o CAU/AC mudou de sede para melhor atender seu público, e com a mudança foi necessário adquirir novos móveis e equipamentos para adaptar o novo espaço. Foram adquiridos novas mesas, cadeiras, armários, painéis e ar condicionados.

10. Intangível

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Software	10.450	(5.193)	5.256	7.137
Total	10.450	(5.194)	5.256	7.137

Intangível

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Software	7.137	-	-	(1.881)	5.256
Total	7.137	-	-	(1.881)	5.256

11. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Prestação de serviços	2.300	22.025

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer	2.300	22.025
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2018	2017
INSS a recolher	2.584	638
Provisão para férias e encargos sociais	59.029	70.013
IRRF a recolher	5.129	
IRRF/COFINS/CSLL/PIS a recolher	1.801	779
ISS a recolher	2.076	558
	70.618	71.988
Passivo Circulante	70.618	71.988
Passivo não circulante	-	-

13. Provisão para riscos processuais

O CAU/AC até o encerramento do exercício de 2017, não possui nenhuma ação civil ou trabalhista no qual seja réu, portanto não houve nenhuma provisão para riscos processuais

14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/AC, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o

artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

15. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	32.004	23.541
Despesas com pessoal	504.091	484.892
Despesas com contratação de terceiros	316.449	300.695
Impostos, taxas e contribuições	13.574	20.575
Outras receitas e despesas	239.995	187.591
	1.106.113	1.017.294

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.216.120	1.155.938
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.106.113)	(1.017.294)
(=) Superávit Patrimonial apurado	110.007	138.644

Resultado Orçamentário	2018	2017
-------------------------------	-------------	-------------

Receita Orçamentária Arrecadada	1.130.977	1.108.339
(-) Despesas Empenhadas	(1.135.137)	(1.030.329)
(=) Superávit/Déficit Orçamentário Apurado	(4.160)	78.010

Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	356.755	502.469
(-) Passivo Financeiro	(73.192)	(94.013)
(=) Superávit Financeiro Apurado	283.563	408.456

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância Segurada
Predial	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	270.000
Veículos	Incêndios, roubo e colisão para 01 veículo	80.000
		350.000

17. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subseqüente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

Rio Branco/AC, 18 de março de 2019.

*

*

*

Anexo do tópico 8.2

**DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.PDF -
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.216.120,24	1.155.937,55	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	330.022,15	232.537,58
CONTRIBUIÇÕES	208.359,96	170.387,97	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	32.003,61	23.541,69
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	208.359,96	170.387,97	DEPRECIACAO	32.003,61	23.541,69
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	208.359,96	170.387,97	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	28.760,91	26.465,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	171.195,70	147.786,23	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	28.760,91	26.465,00
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	171.195,70	147.786,23	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	28.760,91	26.465,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	171.195,70	147.786,23	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	5.964,03	46.754,98
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	20.049,60	35.089,79	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.964,03	46.754,98
JUROS E ENCARGOS DE MORA	8.938,05	8.948,86	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	5.964,03	46.754,98
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	8.938,05	8.948,86	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.106.113,00	1.017.293,71
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	11.111,55	26.140,93	PESSOAL E ENCARGOS	504.091,25	484.892,09
MULTAS SOBRE ANUIDADES	11.111,55	26.140,93	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	504.091,25	484.892,09
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	799.453,63	800.673,56	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	504.091,25	484.892,09
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	799.453,63	800.673,56	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	567.296,81	459.181,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	799.453,63	800.673,56	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.671,40	6.672,50
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.061,35	2.000,00	CONSUMO DE MATERIAL	10.671,40	6.672,50
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	2.000,00	SERVIÇOS	524.621,80	428.967,45
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	2.000,00	DIARIAS	109.576,80	107.697,60
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.061,35	0,00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	85.022,85	88.732,27
MULTAS ADMINISTRATIVAS	128,16	0,00			
INDENIZAÇÕES	2.215,23	0,00			
REVERSAO DE PROVISÕES	14.717,96	0,00			
Total das Variações Ativas :	1.216.120,24	1.155.937,55	Total das Variações Passivas :	330.022,15	232.537,58
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	886.098,09	923.399,97

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	1.216.120,24	1.155.937,55	Total	1.216.120,24	1.155.937,55

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA
BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-O
419.199.122-15

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	54.108,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00



Anexo do tópico 8.2

**DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA.PDF - DEMONSTRATIVO DO
FLUXO DE CAIXA**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.130.977,88	1.108.338,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	138.279,53	124.597,27
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	138.279,53	124.597,27
ANUIDADES	138.279,53	124.597,27
RECEITA DE SERVIÇOS	171.303,24	149.222,97
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	3.439,06	1.729,31
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	167.864,18	147.493,66
FINANCEIRAS	19.598,09	33.210,81
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	8.486,54	7.069,88
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	11.111,55	26.140,93
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11.111,55	26.140,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	799.453,63	800.673,56
Transferencias Intergovernamentais	799.453,63	800.673,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.343,39	634,28
MULTAS DE INFRAÇÕES	128,16	634,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.215,23	0,00
OUTROS INGRESSOS	209.190,43	169.433,33
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	1.078.729,08	928.303,89
PESSOAL	557.118,97	495.049,54
MATERIAL DE CONSUMO	10.671,40	6.672,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.132,80	90.740,51
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	395.470,81	288.801,43
ENCARGOS DIVERSOS	13.574,19	20.574,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.760,91	26.465,00
OUTROS DESEMBOLSOS	353.044,65	173.494,84
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-91.605,42	175.973,49
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	54.108,00	80.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-54.108,00	-80.000,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-145.713,42	95.973,49
--	-------------	-----------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	502.468,83	406.495,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	356.755,41	502.468,83

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2018

VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO
PRESIDENTE
CAU/AC A22400-6
399.007.461-04

LUIS GUILHERME GUIMARAES OLIVEIRA
BACCHI
COORDENADOR DE FINANÇAS
CAU/AC A25304-9
554.967.331-20

SUELI MARIA MALAQUIAS DA SILVA
PAULA
CONTADORA
CRC/AC 1717-0
419.199.122-15

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há outras informações a serem inseridas.

ANEXO - Declaração de Unidade Pessoal - Declaração de Unidade Pessoal - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

ANEXO - Deliberação da Comissão CPFICOA CAU/AC - Aprovação da Prestação de Contas 2018 CAU/AC - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

ANEXO - Deliberação de Plenária CAU/AC - Aprovação da Prestação de Contas 2018 CAU/AC - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

ANEXO - Relatório de Auditoria - Minuta do Relatório - Vide anexo do tópico 9.1 no final da seção

Anexo do tópico 9.1

DECLARAÇÃO DE UNIDADE PESSOAL - DECLARAÇÃO DE UNIDADE PESSOAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS CAU/AC

Declaração da Unidade de Pessoal



2018



**PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2018
DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL (DOCUMENTO INTERNO DO CONSELHO)**

DECLARAÇÃO

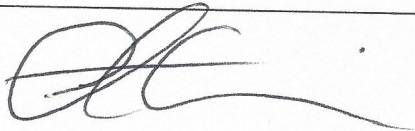
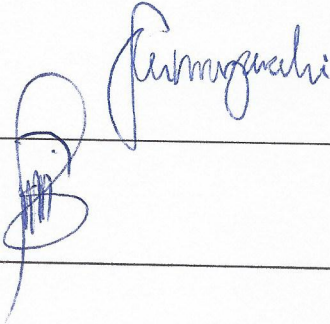

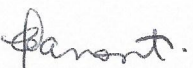

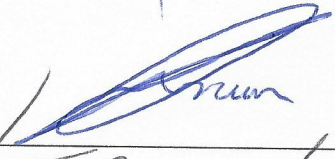
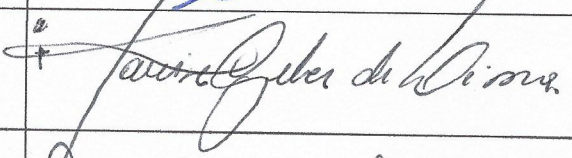
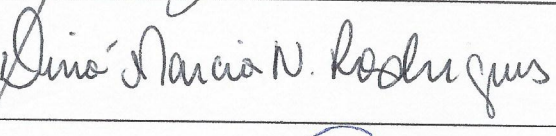
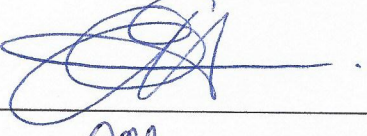
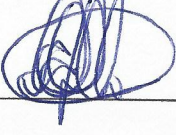
Eu, abaixo assinado, na qualidade de conselheiro e/ou funcionário do CAU/AC – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre, estabelecido na Rua Custódio Freire, 40, Bosque, 69.900-553, Rio Branco /AC, inscrito no CNPJ 14.794.749/0001-62, DECLARO para os devidos fins, que quando solicitado pelos órgãos de fiscalização da prestação de contas do CAU/AC exercício de 2018, que apresentarei a declaração de bens e rendas do exercício de 2018 obedecendo a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.

Rio Branco, 14 de Janeiro de 2019.

Handwritten signatures in blue ink, including names like "Panant.", "Sup", "Rafael Moreira Rocha", and "Luiz Henrique Dantas".



VERONICA VASCONCELOS DE CASTRO CPF. 399.007.461-04 CONSELHEIRO TITULAR/PRESIDENTE	Verônica Vasconcelos de Castro.
EMERSON DEÂNGELIS SIMPLÍCIO DOS SANTOS CPF. 011.826.324-24 CONSELHEIRO TITULAR/VICE-PRESIDENTE	
LUIS GUILHERME G. OLIVEIRA BACCHI CPF. 554.967.331-20 CONSELHEIRO TITULAR	
MARILSON MELO CAVALCANTE CPF. 288.661.932-91 CONSELHEIRO TITULAR	
VICTOR HUGO SESTITO SALOMÃO CPF. 839.504.512-34 CONSELHEIRO TITULAR	
THALYTA FRANÇA DOS SANTOS CPF. 946.179.612-91 CONSELHEIRO SUPLENTE	CONSELHEIRA RENUNCIOU AO CARGO
CAROLINE PARRILHA PANONT CPF. 674.681.282-00 CONSELHEIRO SUPLENTE	
ELPIDIO RODRIGUES DO NASC. JUNIOR CPF. 004.547.412-51 CONSELHEIRO SUPLENTE	
PATRICIA NUNES DE A. ALBUQUERQUE CPF. 511.777.652-68 CONSELHEIRO SUPLENTE	
KARINE GEBER DE LIMA CPF. 638.877.702-34 CONSELHEIRO SUPLENTE	
DINÁ MARCIA N. RODRIGUES CPF. 752.749.302-04 GERENTE GERAL	
EWERTON NERI DE ARAUJO CPF. 886.085.492-04 GERENTE TÉCNICO E DE FISCALIZAÇÃO	
CARLOS ALBERTO DE CASTRO FILHO CPF. 762.005.072-87 ASSISTENTE TECNICO-ADMINISTRATIVO	



ANALU DA SILVA SANTIAGO CPF. 804.602.082-68 SECRETARIA GERAL	<i>Analu da Silva Santiago</i>
RAFAEL MOREIRA ROCHA CPF. 907.980.822-91 ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO	<i>Rafael Moreira Rocha</i>
SUELI MARIA M. DA SILVA PAULA CPF. 419.199.122-15 CONTADORA	<i>Sueli</i>
FELIPE ALENCAR DAMASCENO CPF. 796.430.942-00 ASSESSOR JURIDICO	<i>Felipe Alencar Damasceno</i>

Anexo do tópico 9.1

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO CPFICOA CAU/AC - APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018 CAU/AC



PROCESSO	01/2019
INTERESSADO	PLANEJAMENTO, FINANÇAS, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018

**DELIBERAÇÃO DE COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO Nº 01-01/2019**

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE - CAU/AC no uso das competências que lhe confere o inciso I do art. 34 da Lei 12.378/2010 e reunido extraordinariamente em Rio Branco-AC, na sede do Conselho, localizada na Rua Custódio Freire nº 40, no dia 06 de março de 2018, após análise do assunto em epígrafe, e

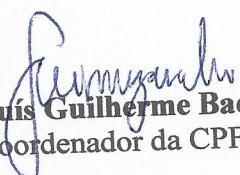
Considerando que Prestação de Contas do exercício de 2018.

DELIBEROU:

1 – Aprova A prestação de Contas relativo ao exercício de 2018.

Com 03 votos favoráveis do Conselheiro Luís Guilherme Bacchi, Elpídio Rodrigues e Caroline Parrilha, 00 abstenção e 00 ausência.

Rio Branco -AC, 16 de janeiro de 2019.


Luís Guilherme Bacchi
Coordenador da CPFOA

**CAU/AC**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre**REUNIÃO DE COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.****FOLHA DE VOTAÇÃO**

CONSELHEIRO	VOTAÇÃO			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
LUÍS GUILHERME GUIMARÃES OLIVEIRA BACCHI	X			
ELPÍDIO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR	X			
CAROLINE PARRILHA PANONT	X			

Histórico da votação:**Reunião:** Comissão de Planejamento, Finanças, Organização e Administração.**Data:** 16/01/2019**Matéria em votação:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018**Resultado da votação:** Sim (03) Não (00) Abstencões (00) Ausências (00) Total (03)**Ocorrências:** _____**Secretário da Sessão:****Presidente da Sessão:**

Anexo do tópico 9.1

DELIBERAÇÃO DE PLENÁRIA CAU/AC - APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018 CAU/AC



PROCESSO	21/2019
INTERESSADO	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE
ASSUNTO	PROCESSO 006/2018

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 021-02/2019

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ACRE -CAU/AC no uso das competências que lhe confere o do art. 38 da Lei 12.378/2010 e o artigo 21, incisos h, i e j do Regimento Interno Provisório do CAU/AC, reunido ordinariamente em Rio Branco-AC, na sede do Conselho, no dia 07 de março de 2019, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que Prestação de Contas do exercício de 2018, está de acordo com o relatório contábil do CAU/BR 13/2019;

Considerando aprovação pela Comissão de Planejamento e Finanças, Organização e Administração do CAU/AC.

DELIBEROU:

1 – Aprova A prestação de Contas relativo ao exercício de 2018.

Com 03 votos favoráveis dos(as) Conselheiros(as) Guilherme Bacchi, Caroline Parrilha e Emerson Simplício, 00 abstenção e 00 ausência.

Rio Branco - AC, 07 de março de 2019.

Verônica V. de Castro
Verônica Vasconcelos de Castro

Presidente do CAU/AC

**21ª REUNIÃO DE PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/AC****FOLHA DE VOTAÇÃO**

CONSELHEIRO	VOTAÇÃO			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
LUÍS GUILHERME GUIMARÃES OLIVEIRA BACCHI	X			
CAROLINE PARRILHA PANONT	X			
EMERSON DEÂNGELIS SIMPLÍCIO DOS SANTOS	X			

Histórico da votação:**Sessão Plenária nº:** 21ª Plenária Ordinária**Data:** 07/03/2019**Matéria em votação:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018**Resultado da votação:** Sim (03) Não (00) Abstenções (00) Ausências (00) Total (03)**Ocorrências:** _____**Secretário da Sessão:** **Presidente da Sessão:** 

Anexo do tópico 9.1

RELATÓRIO DE AUDITORIA - MINUTA DO RELATÓRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC
Rio Branco - AC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC (“Entidade” ou “Conselho”), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Acre - CAU/AC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem

- levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, XX de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1 - ANEXOS E APÊNDICES

Não se aplica à entidade

Assinatura(s)